



EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

EDUCACIÓN PARA LOS DERECHOS HUMANOS: LA CONTRIBUCIÓN DE LA PEDAGOGÍA SOCIAL EN LA FORMACIÓN DE MAESTROS

EDUCATION FOR HUMAN RIGHTS: THE CONTRIBUTION OF SOCIAL PEDAGOGY TO TEACHER TRAINING

Sérgio Bezerra Pinto Júnior¹

Fabiane Freire França²

Eliane Rose Maio³



RESUMO

Neste trabalho, fruto da disciplina de Educação e Diversidade do programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá, exploramos o papel transformador da Pedagogia Social na preparação de educadores para promover uma educação inclusiva e orientada pelos princípios dos direitos humanos. Através de uma revisão de literatura, o estudo analisa como essa abordagem pedagógica, que enfatiza a justiça social e o desenvolvimento integral do indivíduo, pode enriquecer a formação docente. Os achados revelam que a Pedagogia Social capacita professores a lidar com desigualdades sociais e culturais, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo. O artigo também destaca a necessidade de integrar a Pedagogia Social nos currículos de formação de professores e sugere direções para futuras pesquisas, como a implementação prática em diferentes contextos educacionais. A conclusão reforça a importância de políticas públicas que apoiem essa integração para maximizar o impacto positivo na educação pública brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia Social. Educação Inclusiva. Direitos Humanos. Formação Docente.

RESUMEN

En este trabajo, fruto de la asignatura de Educación y Diversidad del programa de posgrado de la Universidad Estatal de Maringá, exploramos el papel transformador de la

¹ Mestre. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

² Doutora. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

³ Doutora. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

Pedagogía Social en la preparación de educadores para promover una educación inclusiva orientada por los principios de los derechos humanos. A través de una revisión de literatura, el estudio analiza cómo este enfoque pedagógico, que enfatiza la justicia social y el desarrollo integral del individuo, puede enriquecer la formación docente. Los hallazgos revelan que la Pedagogía Social capacita a los profesores para enfrentar desigualdades sociales y culturales, promoviendo un entorno escolar más inclusivo y equitativo. El artículo también destaca la necesidad de integrar la Pedagogía Social en los currículos de formación de profesores y sugiere direcciones para futuras investigaciones, como la implementación práctica en diferentes contextos educativos. La conclusión refuerza la importancia de las políticas públicas que apoyen esta integración para maximizar su impacto positivo en la educación pública brasileña.

PALABRAS-CLAVE: Pedagogía Social. Educación Inclusiva. Derechos Humanos. Formación Docente.

ABSTRACT

In this work, resulting from the Education and Diversity course in the postgraduate program at the State University of Maringá, we explore the transformative role of Social Pedagogy in preparing educators to promote inclusive education guided by human rights principles. Through a literature review, the study analyzes how this pedagogical approach, which emphasizes social justice and the holistic development of individuals, can enrich teacher training. The findings reveal that Social Pedagogy enables teachers to address social and cultural inequalities, fostering a more inclusive and equitable school environment. The article also highlights the need to integrate Social Pedagogy into teacher training curricula and suggests directions for future research, such as practical implementation in different educational contexts. The conclusion reinforces the importance of public policies that support this integration to maximize its positive impact on Brazilian public education.

KEYWORDS: Social Pedagogy. Inclusive Education. Human Rights. Teacher Training.

* * *

Introdução

A Pedagogia Social e a Educação em Direitos Humanos são abordagens interdisciplinares que visam promover a inclusão e a justiça social através da educação. A Pedagogia Social, historicamente enraizada em práticas comunitárias, visa a formação integral do indivíduo, considera que o contexto social como elemento essencial do processo educativo (Gohn, 2006). Como campo teórico-prático, está fundamentada em uma perspectiva educacional que reconhece a intrínseca relação entre o processo educativo e o contexto sociocultural. Suas raízes remontam ao final do século XIX e início do século XX, com contribuições significativas de pensadores como Paul Natorp (1913), que toma a educação como um fenômeno social e comunitário.

Como apontam Ferreira e Bernardino (2023), autores como Caliman (2010) e Paiva (2015) diferenciam “Pedagogia Social” de “Educação Social”. Enquanto a primeira se dedica ao campo reflexivo e teórico das práticas socioeducativas, a segunda se refere à ação direta em contextos de vulnerabilidade. Ainda que conceitualmente distintas, as duas dimensões se mostram indissociáveis na prática, contribuindo para a formação de educadores sociais capazes de atuar de forma crítica e comprometida com sujeitos e territórios marcados por desigualdades estruturais.

Os princípios basilares da Pedagogia Social incluem: a valorização da educação não formal e informal; o reconhecimento do indivíduo como agente ativo de sua própria formação e transformação social; a ênfase na práxis, integrando teoria e prática; a promoção da solidariedade e da justiça social; e o compromisso com a emancipação e o empoderamento dos sujeitos (Paula; Machado, 2009). Esta abordagem pedagógica se distingue da educação tradicional por sua natureza interdisciplinar, que é capaz de incorporar elementos da sociologia, psicologia, antropologia e ciências políticas, pois visa compreender e intervir nas complexas dinâmicas sociais que influenciam o processo educativo.

Outro elemento importante que distingue a Pedagogia Social da educação tradicional, é a proposta de uma visão ampliada, que transcende os limites da escola formal e se estende a diversos espaços sociais, como comunidades, instituições culturais e movimentos sociais (Carvalho; Baptista, 2004). Neste contexto, o educador social assume um papel de mediador e facilitador, seu trabalho se dá em parceria com os educandos e com a comunidade tentando identificar necessidades, potencialidades e construir soluções coletivas.

O conceito central: "educação ao longo da vida", reconhece o processo educativo como contínuo e não limitado a fases específicas da existência humana (Alheit; Dausein, 2006). Ademais, a Pedagogia Social enfatiza a importância da contextualização do conhecimento, valorizando os saberes locais e as experiências vividas dos educandos como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos e habilidades.

Esta abordagem alinha-se com os princípios freireanos de educação problematizadora e dialógica, promovendo uma consciência crítica e uma postura ativa frente às desigualdades e injustiças sociais (Carvalho; Baptista, 2004). Em suma, a Pedagogia Social oferece um arcabouço teórico-metodológico que visa a formação integral do ser humano, e para tanto considera suas dimensões cognitivas, afetivas, sociais

e políticas, com o objetivo último de construir uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

Já a Educação em Direitos Humanos busca capacitar indivíduos para reconhecer e respeitar os direitos fundamentais, promovendo a tolerância e a cidadania ativa nas relações educacionais (Fernandes; Paludeto, 2010). A Educação em Direitos Humanos se constitui como um processo sistemático e multidimensional que busca a criação de uma cultura de respeito, proteção e valorização dos direitos humanos na sociedade.

Definida pelo Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos (2015-2019) como "treinamento, disseminação e esforços de informação destinados à construção de uma cultura universal de direitos humanos", transcende a transmissão de conhecimentos sobre tratados e convenções internacionais, na verdade abrange o desenvolvimento de habilidades, atitudes e comportamentos que fortaleçam o respeito aos direitos fundamentais.

Os objetivos da Educação em Direitos Humanos, segundo o Plano Nacional de Direitos Humanos (2005) inclui fomentar a compreensão, tolerância e igualdade entre todos os grupos sociais; prevenir violações e abusos de direitos humanos; empoderar indivíduos e comunidades para reivindicar seus direitos e participar ativamente na vida cívica e política; e promover o desenvolvimento sustentável centrado no ser humano.

Portanto adota uma abordagem que integra aspectos cognitivos como o conhecimento sobre direitos humanos e mecanismos de proteção, afetivos como os valores e atitudes que respeitem a dignidade humana e pragmáticos como as habilidades para defender e promover direitos. Esta educação não se limita ao ambiente escolar formal, estendendo-se a espaços não formais e informais, e dirigindo-se a diversos públicos, desde crianças até profissionais em posições de poder e responsabilidade (Piovesan, 2013).

Metodologicamente, segundo Fernandes e Paludeto (2010), a Educação em Direitos Humanos privilegia abordagens participativas, experienciais e reflexivas, que estimulam o pensamento crítico e a ação transformadora. Se fundamenta em princípios como a indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, a não discriminação, a inclusão e a participação.

No contexto educacional, a Educação em Direitos Humanos visa integrar conteúdos relacionados aos direitos humanos no currículo, mas também transformar o próprio ambiente educativo em um modelo de respeito e promoção desses direitos (Silva;

Caputo; Veras, 2021), o que implica em mudanças nas políticas educacionais, nas práticas pedagógicas e nas relações interpessoais dentro das instituições de ensino.

No entanto, a Educação em Direitos Humanos enfrenta desafios significativos, desde as resistências culturais e políticas, a falta de formação adequada de educadores até a necessidade de adequação aos contextos locais diversos, sem perder o princípio da universalidade (Silva; Caputo; Veras, 2021). Não obstante, seu potencial transformador é amplamente reconhecido, sendo considerada fundamental para a construção de sociedades mais justas, pacíficas e democráticas, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e outros marcos internacionais de direitos humanos.

A intersecção entre a Pedagogia Social e a Educação em Direitos Humanos revela-se como um terreno fértil para a promoção de uma educação transformadora e emancipatória, que está fundamentada nos princípios de justiça social, equidade e dignidade humana. Ambas as abordagens compartilham uma visão integral do processo educativo e reconhecem a importância do contexto sociocultural e das relações de poder na formação dos indivíduos e na construção do conhecimento (Fernandes; Paludeto, 2010).

Ao se debruçar sobre Pedagogia Social, partindo de um olhar com ênfase na educação como prática social e no compromisso com a transformação das realidades opressoras, encontra-se um arcabouço teórico-metodológico que complementa e potencializa os objetivos da Educação em Direitos Humanos. Por sua vez, a Educação em Direitos Humanos oferece à Pedagogia Social um referencial ético-jurídico robusto, ancorado em convenções e tratados internacionais, que fortalece sua atuação em prol da justiça social. Ambas convergem na valorização da práxis, integram a reflexão crítica e a ação transformadora, e promovem metodologias participativas e dialógicas que reconhecem os estudantes como sujeitos ativos no processo de aprendizagem (Caliman, 2011).

A intersecção destas perspectivas resulta em uma prática educativa que informa sobre direitos e desenvolve competências para a cidadania ativa e a solidariedade. Melo, Mendonça e Cardoso (2023) apontam que essa intersecção é manifesta na atenção conjunta à formação de educadores sociais e defensores de direitos humanos, que passam a desenvolver a competência de atuar em diversos contextos, como as instituições formais de ensino ou os espaços comunitários e movimentos sociais.

Ademais, tanto a Pedagogia Social quanto a Educação em Direitos Humanos dão ênfase à importância da contextualização do conhecimento e da valorização dos saberes locais, para que assim seja possível promover uma educação culturalmente sensível e relevante (Paula, Machado, 2008).

Tamanha influência se expressa na abordagem de temas transversais como diversidade cultural, sustentabilidade ambiental, igualdade de gênero e resolução pacífica de conflitos, que são centrais para ambas as perspectivas. Aspecto crucial dessa interseção é o compromisso compartilhado com a superação de desigualdades estruturais e a promoção de inclusão social, traduzida pelas práticas educativas que visam empoderar grupos marginalizados e promover a coesão social (Graciani, 2006).

Ambas as abordagens reconhecem a educação como um direito humano fundamental e como um meio para a realização de outros direitos, demarcando o papel na construção de sociedades mais democráticas e equitativas (Paula; Machado, 2008). Em suma, a interseção entre Pedagogia Social e Educação em Direitos Humanos oferece um paradigma educacional robusto e coerente que é capaz de responder às complexidades postas pelo mundo contemporâneo, ao passo que forma cidadãos críticos, éticos e engajados na construção de um mundo mais justo e solidário.

No Brasil, a formação de professores enfrenta desafios significativos, a formação tradicional ainda negligencia as complexidades sociais e culturais das comunidades em que os professores atuarão, este movimento implica diretamente na forma como os professores atuam dentro do ambiente escolar, sem formação adequada é quase impossível promover uma educação inclusiva e transformadora (Gatti, 2010).

Embora em processo de consolidação no Brasil, a Pedagogia Social é reconhecida internacionalmente como campo profissional regulamentado, especialmente em países europeus. Essa institucionalização reforça sua atualidade e contribui para o debate sobre políticas curriculares, uma vez que a formação docente se vincula diretamente às exigências de profissionalização. A tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que regulamenta a profissão de Educador Social confirma que o tema está no centro das discussões educacionais brasileiras contemporâneas e indica a necessidade de integrar tais debates às propostas formativas apresentadas neste trabalho.

A Pedagogia Social é percebida como uma abordagem com potencial de transformação, capaz de enriquecer a formação de professores ao enfatizar a interseção entre educação e sociedade, segundo Paula e Machado (2009), os princípios de inclusão e justiça social que fundamentam esta pedagogia pode levar os educadores ao

enfrentamento dos desafios contemporâneos, ao passo que pode promover uma prática educativa voltada à valorização da diversidade e do respeito aos direitos humanos.

Este artigo que é produto da disciplina Educação Escolar e Diversidade do Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Maringá tem como objetivo examinar a contribuição da Pedagogia Social para a formação de professores por meio de uma revisão de literatura. Foram analisados estudos recentes e brasileiros voltadas à área da educação. A análise buscou identificar práticas eficazes e propor estratégias para superar algumas das limitações atuais da formação docente. Ao alcançar este objetivo, espera-se contribuir para o desenvolvimento de um sistema educacional mais inclusivo e alinhado aos princípios dos direitos humanos, colaborar na capacitação de professores que venham exercer seu papel de agentes de transformação social.

Desenvolvimento

No Brasil, a formação de professores enfrenta desafios significativos, Leite (2018) destaca a escassez de recursos adequados, os currículos desatualizados e a resistência a abordagens pedagógicas inovadoras. Tais dificuldades dificultam o processo formativo de futuros educadores, logo não se sentem preparados, ou se quer interessados, em integrar os direitos humanos em suas práticas de ensino (Romanowski; Oliver Martins, 2013).

As limitações curriculares e a inadequação de recursos constituem obstáculos significativos na implementação efetiva da Educação em Direitos Humanos e da Pedagogia Social na formação de professores no Brasil. No âmbito curricular, observa-se uma estrutura muitas vezes rígida e fragmentada, que dificulta a integração transversal dos princípios de direitos humanos e justiça social nas diversas disciplinas (Fernandes; Paludeto, 2010).

Os currículos tendem a priorizar conteúdos tecnicistas em detrimento de uma formação crítica e humanista, o que leva a uma abordagem superficial ou ausente das questões relacionadas aos direitos humanos e à responsabilidade social do educador (Melo; Mendonça; Cardoso, 2023). Além disso, a carga horária limitada destinada a temas sociais e éticos nos cursos de licenciatura inviabiliza o aprofundamento necessário nestas áreas.

No que diz respeito aos recursos, Paula e Machado (2008) percebem que a escassez de materiais didáticos apropriados, atualizados e contextualizados para a realidade brasileira dificulta a capacitação adequada dos futuros professores. A

infraestrutura precária de muitas instituições de ensino superior, especialmente no que tange a bibliotecas, laboratórios e acesso a tecnologias educacionais, restringe as possibilidades de uma formação mais abrangente e prática. A falta de investimento em programas de formação continuada e de especialização em Educação em Direitos Humanos e Pedagogia Social para docentes universitários contribui para perpetuar abordagens tradicionais e desatualizadas na formação de novos professores.

Outro aspecto crítico, para Fernandes e Paludeto (2010), é a insuficiência de recursos financeiros para promover projetos de extensão, pesquisas de campo e estágios supervisionados que permitam aos futuros educadores vivenciar e aplicar os princípios da Educação em Direitos Humanos em contextos reais. A ausência de parcerias sólidas entre universidades, escolas e organizações da sociedade civil limita as oportunidades de aprendizagem prática e engajamento comunitário.

Ademais, a desvalorização profissional e os baixos salários dos educadores desencorajam investimentos pessoais em formação complementar nessas áreas. Essas limitações curriculares e de recursos não apenas comprometem a qualidade da formação docente em Educação em Direitos Humanos e Pedagogia Social, mas também perpetuam um ciclo de reprodução de práticas pedagógicas que não atendem às demandas de uma educação crítica, inclusiva e transformadora (Monteiro; Vaz; Mota, 2022).

Para superar esses desafios, faz-se necessária uma revisão profunda das políticas educacionais, dos currículos de formação docente e dos mecanismos de financiamento e gestão das instituições de ensino superior, e quando estas estiverem alinhadas com os princípios e objetivos da Educação em Direitos Humanos e da Pedagogia Social, será possível garantir uma formação docente crítica e socialmente engajada (Pereira, 1999).

A resistência a abordagens pedagógicas inovadoras no contexto da formação de professores em Educação em Direitos Humanos e Pedagogia Social representa um desafio multifacetado e persistente no sistema educacional brasileiro. Esta resistência manifesta-se em diversos níveis, desde o institucional até o individual, e é alimentada por uma complexa interação de fatores históricos, culturais, políticos e estruturais. No nível institucional, observa-se uma inércia burocrática e uma tendência à manutenção do status quo, que muitas vezes privilegia modelos pedagógicos tradicionais e conteudistas em detrimento de abordagens mais críticas e transformadoras (Monteiro; Vaz; Mota, 2022). As estruturas hierárquicas rígidas nas instituições de ensino superior frequentemente dificultam a implementação de mudanças curriculares significativas e a adoção de metodologias mais participativas e reflexivas.

No âmbito político-ideológico, segundo Paula e Machado (2009) a Educação em Direitos Humanos e a Pedagogia Social enfrentam resistências decorrentes de visões conservadoras que as percebem como ameaças à ordem estabelecida ou as rotulam erroneamente como "doutrinação". Esse cenário é agravado por um clima de polarização política que por vezes distorce e simplifica debates complexos sobre direitos humanos e justiça social.

A dificuldade em romper com paradigmas educacionais arraigados e a ansiedade frente a metodologias que exigem maior protagonismo e responsabilidade do aprendiz contribuem para essa resistência. Fatores socioeconômicos e culturais mais amplos, como a desvalorização social da profissão docente e a prevalência de uma cultura autoritária e pouco afeita ao diálogo em diversos setores da sociedade brasileira, criam um ambiente pouco propício à inovação pedagógica (Monteiro; Vaz; Mota, 2022).

Para superar essas resistências, pontuam Paula e Machado (2009), faz-se necessária uma abordagem sistêmica que envolva a sensibilização e a formação continuada para docentes e gestores, a criação de espaços de diálogo e experimentação pedagógica. É preciso ainda que sejam criadas políticas institucionais que valorizem e incentivem práticas inovadoras, somente assim poderemos assistir a construção de um trabalho contínuo de desconstrução de mitos e preconceitos sobre a Educação em Direitos Humanos e a Pedagogia Social.

É fundamental também garantir a promoção de pesquisas que evidenciem o impacto positivo dessas abordagens na formação de educadores mais críticos, éticos e socialmente engajados, para que assim haja recursos formais que fortaleçam os argumentos em favor de sua implementação mais ampla e efetiva nos cursos de formação docente.

A desconexão entre a formação docente e as realidades socioculturais constitui outro desafio crítico na implementação efetiva da Educação em Direitos Humanos e da Pedagogia Social no contexto brasileiro. Para Duré (2018) esta lacuna se manifesta em múltiplas dimensões e tem raízes profundas na estrutura do sistema educacional e na própria concepção dos cursos de licenciatura.

Primeiramente, observa-se uma tendência à homogeneização nos currículos de formação docente, que frequentemente não contemplam adequadamente a diversidade cultural, étnica, linguística e socioeconômica do país (Machado; Paula, 2019). Isso resulta em uma preparação insuficiente dos futuros professores para lidar com as especificidades

e desafios de diferentes contextos educacionais, sejam eles urbanos, rurais, indígenas, quilombolas ou de comunidades tradicionais.

A ênfase excessiva em conteúdos teóricos descontextualizados, em detrimento de experiências práticas e vivenciais, distancia os estudantes de licenciatura das realidades concretas que enfrentarão em sua atuação profissional (Pereira, 1999). A escassez de oportunidades de imersão em diferentes ambientes educacionais e comunitários ao longo da formação limita a compreensão dos futuros educadores sobre as complexidades e nuances das questões sociais, culturais e de direitos humanos em diversos contextos.

Outro aspecto relevante é a deficiência na abordagem de temas contemporâneos e urgentes, como questões de gênero, sexualidade, racismo estrutural, desigualdade socioeconômica e sustentabilidade ambiental, que são fundamentais para uma educação em direitos humanos contextualizada e relevante (Fernandes; Paludeto, 2010). A falta de diálogo consistente entre as instituições formadoras e as comunidades locais, bem como a ausência de parcerias sólidas com movimentos sociais, ONGs e outros atores da sociedade civil, contribui para o isolamento da formação docente em relação às demandas e experiências reais da sociedade.

Além disso, a própria composição do corpo docente das instituições de ensino superior, muitas vezes pouco diversificada e com limitada experiência em contextos educacionais variados, pode perpetuar visões estreitas e desconectadas da realidade. A desvalorização dos saberes populares e das epistemologias não-hegemônicas nos currículos de formação também reforça essa desconexão, limitando a capacidade dos futuros educadores de dialogar efetivamente com diferentes formas de conhecimento e visões de mundo (Pereira, 1999).

O distanciamento entre pesquisa acadêmica e práticas pedagógicas cotidianas agrava esse cenário, resultando em uma formação que nem sempre responde às necessidades reais dos educadores e estudantes (Nunes, 2008). Para superar essa desconexão, é crucial repensar a estrutura e o conteúdo dos cursos de formação docente, incorporando abordagens mais participativas, contextualizadas e interdisciplinares. Isso implica em promover maior integração entre teoria e prática, ampliar as oportunidades de estágios e projetos de extensão em diferentes contextos socioculturais, fomentar a pesquisa-ação e a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, e estabelecer parcerias mais robustas entre universidades, escolas e comunidades.

Além disso, é fundamental incorporar as vozes e experiências de grupos historicamente marginalizados na construção dos currículos e das práticas formativas,

promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora. Somente através de uma formação docente profundamente enraizada nas realidades socioculturais do país será possível preparar educadores capazes de implementar efetivamente os princípios da Educação em Direitos Humanos e da Pedagogia Social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa dos direitos humanos (Henriques, 2008).

Os princípios da Pedagogia Social, quando aplicados à formação de professores, desempenham um papel crucial na construção de práticas educativas que são inclusivas e orientadas pela justiça social. A Pedagogia Social enfatiza a formação integral do educador, pois valoriza o indivíduo em sua totalidade, contempla os aspectos emocionais, sociais, culturais e cognitivos (Fernandes; Paludeto, 2010).

Essa perspectiva considera a educação como um processo contínuo de transformação, na qual o professor não é somente um transmissor de conhecimento, mas um facilitador do desenvolvimento crítico e da consciência social dos estudantes. Nesse sentido, Paula e Machado (2009) compreendem que a formação de professores fundamentada na Pedagogia Social requer um currículo que vá além do conteúdo acadêmico tradicional, de modo que incorpore experiências práticas que promovam a empatia, o respeito à diversidade e a compreensão das realidades sociais diversas.

Preparar futuros educadores para atuarem em contextos marcados pela desigualdade, violência e exclusão, exige uma capacitação para que o professor possa reconhecer e combater essas injustiças por meio de suas práticas pedagógicas. Além disso, a Pedagogia Social incentiva a construção de uma comunidade educativa baseada no diálogo e na participação ativa, somente assim os professores são incentivados a trabalhar colaborativamente com os alunos, suas famílias e a comunidade mais ampla, com o objetivo de promover uma educação que seja verdadeiramente democrática e centrada nos direitos humanos (Braga, 2022).

Ao integrar esses princípios na formação docente, os educadores são preparados para se tornarem agentes de mudança social, capazes de criar ambientes de aprendizagem que não apenas respeitam, mas também celebram a diversidade, ao passo que possuem condições de promover uma cultura que acolha a cidadania ativa. Dessa forma, a Pedagogia Social contribui para o desenvolvimento de professores competentes em termos de conteúdo, comprometidos com a transformação social, capacitados a enfrentar os desafios contemporâneos da educação com criatividade, sensibilidade e um forte compromisso com a justiça social (Mano; Rizo, 2021).

O desenvolvimento de competências para a Educação em Direitos Humanos é fundamental para capacitar educadores a promover uma cultura de respeito, inclusão e cidadania ativa nas escolas e comunidades. Para Fernandes e Paludeto (2010) essas competências abrangem o domínio conceitual dos direitos humanos e a habilidade de aplicá-los de forma prática e contextualizada no ambiente educativo.

Educadores precisam desenvolver uma consciência crítica sobre as desigualdades e injustiças sociais, adquirindo ferramentas teóricas e metodológicas que lhes permitam identificar, problematizar e enfrentar situações de violação de direitos no cotidiano escolar. Além disso, Paula e Machado (2009) afirmam que é essencial que os professores cultivem habilidades de comunicação intercultural e sensibilidade para a diversidade, capacitando-os a dialogar com alunos de diferentes origens e realidades, promovendo um ambiente de aprendizado que valorize a dignidade e o respeito mútuo.

A competência reflexiva é igualmente importante, pois permite que os educadores questionem suas próprias práticas e preconceitos, adotando uma postura de constante aprendizagem e adaptação às demandas de um mundo em transformação (Dias, 2010). Dessa maneira, a Educação em Direitos Humanos deixa de ser apenas um componente curricular e se torna uma prática viva, transversal e integral, que permeia todas as dimensões do processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a transformação social.

Outro aspecto crucial é a capacidade de engajar os estudantes em práticas democráticas e participativas, estimulando a co-construção de conhecimento e o envolvimento ativo dos alunos na defesa de seus próprios direitos e dos outros, como a promoção da consciência social e da cidadania ativa (Dias, 2010). Esta, é um elemento central na formação de indivíduos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Esse processo educativo envolve o desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que perpetuam as desigualdades, bem como a capacitação para agir de forma consciente e transformadora dentro desses contextos. A educação que visa a promoção da cidadania ativa deve fomentar a participação democrática, que incentiva os estudantes a se envolverem em processos decisórios, a expressarem suas opiniões e a defenderem os direitos coletivos, sempre com base no diálogo, no respeito e na cooperação (Bomfim, 2016).

A consciência social implica em um reconhecimento das interconexões entre as diversas formas de opressão e exclusão, como racismo, sexism, xenofobia e

desigualdade econômica, permitindo que os indivíduos identifiquem e combatam essas injustiças em múltiplos níveis. Para isso, afirma Guareschi (2004) que é essencial que a educação promova a empatia e a solidariedade, crie espaços nos quais os estudantes possam se conectar com as experiências e as lutas de diferentes grupos sociais, ao passo que possam desenvolver um sentido de responsabilidade compartilhada pelo bem comum.

A cidadania ativa, segundo Bomfim (2016), está relacionada ao cumprimento de deveres civis. Trata-se de uma postura proativa em que o indivíduo busca constantemente contribuir para a melhoria das condições de vida de sua comunidade e da sociedade em geral, ou seja, geram impactos diversos.

Os impactos na prática pedagógica e no ambiente escolar decorrentes da adoção de abordagens baseadas na Pedagogia Social e na Educação em Direitos Humanos são multifacetados, influenciam as metodologias de ensino, a dinâmica de interação e o clima institucional. Na prática pedagógica, essa abordagem promove uma mudança significativa na forma como o conhecimento é transmitido e construído, pois enfatiza a participação ativa dos estudantes, o respeito à diversidade e a valorização das experiências de vida dos alunos como elementos centrais do processo educativo (Mano; Rizo, 2021).

Os professores, ao adotarem esses princípios, passam a atuar como facilitadores do desenvolvimento crítico e reflexivo, estimulam o pensamento autônomo e a capacidade dos alunos de questionar e transformar a realidade ao seu redor. Segundo Azevedo, Belgamo e Boranga (2013), esta movimentação tem o potencial de levar à criação de um ambiente escolar mais democrático e inclusivo, no qual o diálogo e a cooperação substitui a autoridade rígida e a competição individualista, que pode promover uma cultura escolar que valoriza a justiça social e o respeito mútuo.

Incorporar os direitos humanos na prática pedagógica contribui para a construção de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, onde todos os membros da comunidade escolar — alunos, professores e funcionários — se sentem valorizados e respeitados, independentemente de suas diferenças culturais, sociais ou individuais (Azevedo; Belgamo; Boranga, 2013).

Há então uma melhora no clima escolar, pois a uma redução de conflitos, melhora no desempenho acadêmico e no bem-estar emocional dos estudantes. Para Bomfim (2016) a longo prazo, esses impactos na prática pedagógica e no ambiente escolar podem transformar a escola em um espaço de cidadania ativa, onde os alunos aprendem sobre os direitos humanos, vivenciam e praticam esses direitos no cotidiano escolar.

Dessa forma, a integração desses princípios na educação escolar tem o potencial de gerar um impacto duradouro, tanto na formação dos indivíduos quanto na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. O que nos remete a integração da Pedagogia Social e da Educação em Direitos Humanos na formação docente refletem um consenso quanto à necessidade urgente de reestruturar o sistema educacional para enfrentar os desafios contemporâneos da sociedade brasileira.

No contexto brasileiro, a Pedagogia Social encontra em Paulo Freire sua principal referência teórico-metodológica. Se, na Alemanha, Klaus Mollenhauer constitui marco estruturante da área, no Brasil esse papel é ocupado por Freire, cujas contribuições problematizadoras e dialógicas sustentam a compreensão da educação como prática emancipatória (Calliman, 2010; Ribas Machado, 2012). A vinculação do campo à Educação Popular freireana não é apenas histórica, mas constitutiva, pois a perspectiva socioeducativa brasileira se organiza a partir de um compromisso ético-político que valoriza consciência crítica, participação e enfrentamento das desigualdades. Assim, destacar a centralidade de Freire é fundamental para delimitar as bases que sustentam a articulação entre Pedagogia Social, formação docente e Direitos Humanos.

Especialistas como Paulo Freire (1967), que defendeu a educação como prática da liberdade, e Moacir Gadotti (2007), que destaca a importância de uma educação voltada para a transformação social, argumentam que a formação de professores deve ser profundamente enraizada em valores éticos, críticos e democráticos. A capacitação dos educadores deve prepará-los para atuarem como agentes de mudança em contextos de desigualdade e exclusão.

A Pedagogia Social, nesse sentido, é vista como uma abordagem essencial para desenvolver nos futuros professores a sensibilidade e o compromisso necessários para incorporar a justiça social e os direitos humanos em suas práticas pedagógicas. Além disso, estudiosos como Dermeval Saviani (2016) e Miguel Arroyo (2007) apontam para a necessidade de currículos mais flexíveis e contextualizados, que incorporem as realidades locais e as diversidades culturais dos alunos, permitindo uma educação mais relevante e significativa.

A formação docente, segundo Nunes (2001), deve também incluir experiências práticas e reflexivas que conectem os professores em formação com as comunidades onde atuarão, proporcionando uma compreensão mais profunda dos desafios sociais e educacionais enfrentados por essas populações.

A visão de Bragança e Perez (2016) é fundamental quanto à importância de uma educação que vá além do academicismo e da tecnocracia, promovendo uma formação integral que prepare os professores para enfrentar as complexidades do mundo contemporâneo com criatividade, empatia e um firme compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Essas perspectivas sugerem que, para avançar em direção a um sistema educacional que realmente promova os direitos humanos, é necessário um esforço contínuo de diálogo, inovação e colaboração entre todos os atores envolvidos no processo educativo, desde as universidades e os órgãos governamentais até as comunidades escolares e as organizações da sociedade civil (Bragança; Perez, 2016).

Dessa forma, as perspectivas dos autores brasileiros, como Paulo Freire (1967), Moacir Gadotti (2007), Dermeval Saviani (2016) e Miguel Arroyo (2007), figuras de destaque na área da educação fornecem um quadro teórico e prático robusto para guiar a reforma da formação docente no Brasil, destacando a Pedagogia Social e a Educação em Direitos Humanos como pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma educação emancipadora e transformadora.

Esta reformulação curricular deve estar voltada para a integração dos princípios da Pedagogia Social na formação de professores, pois trata-se de uma estratégia essencial para a construção de um sistema educacional que promova a justiça social, a inclusão e o respeito aos direitos humanos (Caliman, 2010). A Pedagogia Social, com seu enfoque na educação como prática libertadora e transformadora, exige uma reestruturação curricular que incorpore uma abordagem interdisciplinar e contextualizada que reflita as realidades sociais, culturais e econômicas dos estudantes.

Surge então a necessidade de desenvolver currículos que mantém como objetivo o ensino sobre direitos humanos e possibilite a vivência e a prática dentro do ambiente educacional, assim os futuros professores têm condição de adquirirem conhecimentos teóricos, que é a base de todo o trabalho, e competências que viabilizem a práticas para promover a cidadania ativa e o engajamento social (Bomfim, 2016).

A integração dos princípios da Pedagogia Social no currículo requer, portanto, a inclusão de disciplinas que abordam temas como justiça social, diversidade cultural, equidade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência e direitos das minorias, bem como metodologias pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a reflexão ética e a capacidade de trabalhar colaborativamente em contextos diversificados (Paula; Machado, 2009).

Para Nunes (2001) é fundamental que o currículo promova experiências práticas, como estágios em comunidades marginalizadas e projetos de intervenção social, que permitam aos futuros educadores aplicar os princípios da Pedagogia Social em situações reais, ao passo que desenvolvem sua capacidade de atuar como agentes de transformação social.

A reformulação curricular também deve incluir mecanismos de avaliação que considerem não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento das competências socioemocionais e éticas dos futuros professores, como forma de garantir que os profissionais estejam preparados para enfrentar os desafios complexos da educação contemporânea, lembra Bomfim (2016).

Uma saída é o desenvolvimento de parcerias entre instituições de ensino e as comunidades, trata-se de um elemento fundamental para a promoção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva, relevante e transformadora, especialmente no contexto da Pedagogia Social e da Educação em Direitos Humanos. Para Mano e Rizzo (2021) essas parcerias têm o potencial de criar uma ponte entre o conhecimento acadêmico e as realidades sociais vividas pelas comunidades, o que possibilita que a educação se torne um processo bidirecional de troca e aprendizagem mútua.

Quando a comunidade é diretamente envolvida no processo educativo, as instituições de ensino têm condições de desenvolver currículos e práticas pedagógicas que sejam mais contextualizadas e sensíveis às necessidades e desafios locais, para que assim promovam uma educação que reflita e respeite a diversidade cultural, social e econômica dos alunos (Coliman, 2010).

Mano e Rizzo (2021) pontuam que essas parcerias facilitam a aplicação prática dos princípios da Pedagogia Social, como a inclusão, a justiça social e o respeito aos direitos humanos, ao conectar os futuros educadores com as realidades das comunidades em que atuarão, oferecendo-lhes uma compreensão mais profunda das dinâmicas de exclusão e desigualdade que afetam os alunos.

A colaboração entre instituições de ensino e comunidades também fortalece o papel da escola como um centro de desenvolvimento comunitário, cujo conhecimento é co-construído e utilizado para promover o bem-estar coletivo, a cidadania ativa e a transformação social. Gomes *et al* (2019) revela que as parcerias podem tomar diversas formas, como projetos de serviço comunitário, estágios em organizações locais, iniciativas de pesquisa-ação participativa e programas de capacitação comunitária, todos

projetados para envolver os alunos em atividades que tenham um impacto direto e positivo em suas comunidades.

As comunidades também podem contribuir com seu conhecimento prático e sua experiência de vida, o que enriquece o processo educativo e garante que se mantenha relevante e significativo para todos os envolvidos (Gomes *et al*, 2019). Da mesma forma, a formação continuada e o suporte aos educadores em serviço são pilares essenciais para garantir que os princípios da Pedagogia Social e da Educação em Direitos Humanos sejam efetivamente incorporados e sustentados ao longo da carreira docente.

A natureza dinâmica e complexa do ambiente educacional contemporâneo exige que os professores adquiram competências iniciais durante sua formação e se engajem em um processo contínuo de aprendizagem e atualização, que os capacite a lidar com os desafios emergentes da prática pedagógica. Para Carvalho *et al* (2004) a formação continuada oferece aos educadores oportunidades para aprofundar seu conhecimento sobre direitos humanos, desenvolver novas metodologias pedagógicas e refletir criticamente sobre suas práticas, sempre em resposta às mudanças sociais, tecnológicas e culturais que impactam a educação.

Para Carvalho et al (2004), o suporte institucional é crucial para criar um ambiente que os professores se sintam valorizados e motivados a aprimorar continuamente suas competências. Além da oferta de cursos e oficinas, pensar também na criação de redes de apoio profissional, como grupos de estudo e comunidades de prática, que permitam a troca de experiências e o desenvolvimento colaborativo de soluções para os desafios pedagógicos.

A formação continuada deve, portanto, ser planejada de maneira flexível e contextualizada, partindo das especificidades de cada comunidade escolar e das necessidades individuais dos educadores, para que assim eles tenham acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento profissional que os ajudem a integrar plenamente os princípios da Pedagogia Social em suas práticas diárias (Garcia, 1999).

Tostes *et al* (2018) pontua que é fundamental que esse suporte inclua a promoção do bem-estar e da saúde mental dos professores, para tanto é necessário reconhecer que o estresse e a sobrecarga de trabalho podem comprometer a qualidade da educação e a capacidade dos educadores de promover uma pedagogia crítica e inclusiva.

Outro elemento importante, para essas discussões, são as barreiras institucionais e culturais que representam desafios significativos para a implementação efetiva dos princípios da Pedagogia Social e da Educação em Direitos Humanos no contexto

educacional. Institucionalmente, essas barreiras podem manifestar-se na forma de currículos rígidos e desatualizados, falta de recursos adequados e suporte insuficiente para a formação continuada dos educadores, que limitam a capacidade das escolas de adotar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, como já apresentado exaustivamente até aqui (Caliman, 2010).

Mas é importante destacar que as estruturas administrativas muitas vezes não estão preparadas para responder às demandas emergentes por uma educação que promova a justiça social e a equidade, o que resulta em uma resistência à mudança e na perpetuação de práticas pedagógicas tradicionalistas que não atendem às necessidades diversificadas dos alunos (Novoa, 2002).

Culturalmente, as barreiras podem incluir preconceitos enraizados, estereótipos e normas sociais que influenciam tanto a percepção quanto a prática dos educadores e da comunidade escolar em relação aos direitos humanos e à diversidade. Para Caliman (2010) essas barreiras culturais podem se manifestar em atitudes discriminatórias, resistência a abordagens pedagógicas que desafiem normas estabelecidas e uma falta de compreensão sobre a importância da inclusão e da equidade no processo educativo.

Para superar essas barreiras, é crucial que haja um esforço coordenado para promover uma mudança cultural que valorize e integre os princípios da Pedagogia Social, através de ações como a sensibilização e a capacitação dos envolvidos, a revisão dos currículos e políticas educacionais, e a criação de ambientes de aprendizagem que sejam verdadeiramente inclusivos e respeitosos (Novoa, 2002).

Além disso, é necessário fomentar um diálogo contínuo e construtivo entre todas as partes interessadas, incluindo educadores, gestores, alunos e comunidade, para construir um consenso em torno da importância da educação para os direitos humanos e da promoção da justiça social (Miranda; Lopes, 2021).

O potencial de transformação social por meio da educação é vasto e fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, o que reflete a capacidade da educação de moldar os indivíduos e a estrutura social como um todo. A educação, quando alinhada com os princípios da Pedagogia Social e da Educação em Direitos Humanos, atua como um poderoso agente de mudança ao promover valores de justiça social, equidade e respeito mútuo desde os primeiros anos de formação (Moreira, 2011).

Ao capacitar os estudantes a questionar e desafiar injustiças, a promover a inclusão e a abraçar a diversidade, a educação tem o potencial de transformar a maneira como as pessoas interagem, entendem e contribuem para a sociedade. Programas

educacionais que integram a prática crítica e reflexiva, a cidadania ativa e o engajamento com questões sociais e políticas, encorajam os alunos a se tornarem agentes proativos na promoção de mudanças positivas em suas comunidades (Carvalho et al, 2004).

De acordo com Garcia e Micael (2021) a educação que se compromete com a inclusão e a equidade pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades sociais e econômicas, ainda oferece a todos os indivíduos, independentemente de sua origem, as ferramentas necessárias para alcançar seu pleno potencial e participar ativamente da sociedade.

Considerações Finais

Analisamos a influência da Pedagogia Social na formação de educadores e seu impacto na promoção de uma educação mais inclusiva e orientada pelos princípios dos direitos humanos. A introdução abordou a relevância crescente da Pedagogia Social como uma abordagem pedagógica que se destaca por sua ênfase na inclusão, na justiça social e no desenvolvimento integral do indivíduo, contextualizando sua importância na formação docente e na prática educativa.

A metodologia empregada foi uma revisão de literatura, focada na análise de estudos acadêmicos, artigos científicos e documentos relevantes sobre a Pedagogia Social e sua aplicação na formação de professores. Os dados foram extraídos de fontes acadêmicas confiáveis e selecionadas com base em critérios de relevância, qualidade e atualidade. A análise qualitativa das publicações permitiu uma compreensão abrangente das contribuições da Pedagogia Social para a formação docente, assim como os desafios e oportunidades associados à sua implementação.

A análise proposta evidencia que a Pedagogia Social constitui abordagem potente para pensar a formação de educadores comprometidos com uma educação inclusiva e orientada pelos princípios dos Direitos Humanos. Ainda que seu processo de consolidação no Brasil seja recente, suas raízes encontram profundidade na Educação Popular freireana, que comprehende a educação como prática de liberdade e horizonte emancipatório.

Ao mesmo tempo, a consolidação internacional da área e o avanço do debate nacional sobre a regulamentação do Educador Social ampliam a relevância e a atualidade da discussão apresentada. Assim, reforça-se a necessidade de incorporar, de maneira mais efetiva, referências à obra de Paulo Freire e às experiências internacionais da Pedagogia

Social, de modo a fortalecer as bases teóricas e ampliar o alcance formativo das proposições do artigo.

Os principais achados do estudo revelaram que a Pedagogia Social desempenha um papel crucial na formação de professores ao promover práticas educacionais que valorizam a diversidade e a equidade. Os estudos analisados indicam que a Pedagogia Social capacita os educadores a reconhecer e enfrentar desigualdades sociais, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e respeitador dos direitos humanos.

A abordagem socialmente integrada da pedagogia contribui para o desenvolvimento de competências interpessoais e a sensibilização dos professores para as questões sociais e culturais, de modo a deixá-los preparados para atuar em contextos diversos e desafiadores.

A principal contribuição deste estudo é a evidência de que a Pedagogia Social não só enriquece a formação de professores, mas também fomenta uma prática pedagógica que pode transformar o ambiente escolar em um espaço de maior inclusão e justiça social. Este trabalho destaca a importância de integrar a Pedagogia Social nos currículos de formação docente e sugere a necessidade de políticas educacionais que apoiem e incentivem essa integração.

O impacto transformador da educação é amplificado quando se estabelece uma colaboração efetiva entre escolas, comunidades e políticas públicas, criando um ciclo virtuoso onde o aprendizado e a prática de valores democráticos e direitos humanos influenciam e sustentam a transformação social contínua. Isso nos leva a perguntar, o que é necessário para promover uma educação que efetivamente integre os princípios da Pedagogia Social e da Educação em Direitos Humanos?

É crucial que as políticas públicas educacionais sejam reformuladas de maneira a refletir e apoiar esses valores fundamentais. As recomendações para políticas públicas devem começar com a revisão e atualização dos currículos escolares, com a inclusão de temas relacionados à justiça social, diversidade, direitos humanos e cidadania ativa, e que sejam flexíveis o suficiente para adaptar-se às necessidades e contextos específicos das comunidades locais.

É essencial investir na formação inicial e continuada dos educadores, proporcionando-lhes ferramentas e recursos para incorporar esses princípios em suas práticas pedagógicas, bem como criar mecanismos de apoio institucional que incentivem e recompensem a inovação e a prática pedagógica inclusiva.

As políticas públicas também devem priorizar a criação de ambientes escolares que sejam verdadeiramente inclusivos e acolhedores, e possam promover a participação ativa dos alunos e das comunidades no processo educativo com a garantia de que todos os estudantes, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade, tenham acesso a recursos e oportunidades equitativas.

Outro ponto fundamental é que haja um forte compromisso com a descentralização e a participação democrática nas decisões educacionais, permitindo que as políticas sejam moldadas com base nas realidades e necessidades das comunidades, e que os gestores e educadores sejam incluídos nos processos de formulação e implementação das políticas.

Para garantir a eficácia dessas políticas, é necessário estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação que considerem não apenas os resultados acadêmicos, mas também o impacto das práticas pedagógicas na promoção da equidade, inclusão e cidadania.

Por fim, as políticas públicas educacionais devem promover a colaboração interinstitucional e com a sociedade civil, criando parcerias estratégicas que ampliem o alcance e o impacto das iniciativas educacionais e garantam a sustentabilidade dos projetos voltados para a transformação social.

Ao adotar essas recomendações, as políticas públicas podem desempenhar um papel crucial na construção de um sistema educacional que fomente a justiça social, mobilizando professores e alunos para serem agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade como um todo.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a investigação mais aprofundada sobre a implementação prática da Pedagogia Social em diferentes contextos educacionais e culturais, para compreender melhor os desafios e estratégias de sucesso. Além disso, seria valioso explorar como a formação contínua e o desenvolvimento profissional dos educadores podem ser estruturados para reforçar e expandir os princípios da Pedagogia Social na prática cotidiana.

Referências

ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Bettina. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. *Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 1, p. 177–197, jan. 2006.

ARROYO, Miguel González. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo*. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra

Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

AZEVEDO, Antulio José de; BELGAMO, Taiz Cavalcanti; BORANGA, Miriam Costa; MARTINS, Bruna Marcela. Contribuições da pedagogia crítico social dos conteúdos na prática docente: um estudo de caso. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*, v. 11, n. 21, p. 1-15, jan. 2013.

BONFIM, Frederico Henrique Ramos Cardozo. Estratégias para fortalecer o controle social. In: GASPARDO, M.; et. al. (Org.). *Manual de cidadania ativa*. Franca: UNESP, 2016.

BRAGA, Osmar Rufino. Didática e Pedagogia Social: tecendo diálogos e identificando contribuições à prática profissional. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 4, e51711427671, 2022.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; PEREZ, Juliana Godói de Miranda. Formação Continuada em Escolas de Tempo Integral: narrativas de professoras. *Educação & Realidade*, v. 41, n. 4, p. 1161–1182, out. 2016.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito. In: Silva, R. et al (Org). *Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da Educação Social*. São Paulo. Expressão e Arte, 2011.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. *Revista de Ciências da Educação - UNISAL*, Americana/SP, v. 12, n. 23, p. 341-368, 2º sem. 2010.

CARVALHO, José Sérgio et al. Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, p. 435–445, set. 2004.

CARVALHO, Adalberto Dias de; BAPTISTA, Isabel. *Educação social: fundamentos e estratégias*. Portugal: Porto Editora, 2004.

DIAS, Isabel Simões. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. *Psicologia Escolar e Educacional*. 2010, v. 14, n. 1.

DURÉ, Ravi Caju. A Formação Inicial na Concepção Docente: necessidades formativas de professores egressos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas. *Dissertação - Mestrado - Universidade Federal da Paraíba*. João Pessoa, 2018.

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. *Cadernos CEDES*, v. 30, n. 81, p. 233–249, maio 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

- GADOTTI, Moacir. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo, Publisher Brasil. 2007.
- GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de Professores: por uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. *Educação & Realidade*, v. 46, n. 3, p. e116974, 2021.
- GATTI, Bernardette A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, out. 2010.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal na pedagogia social*. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006.
- GOMES, Manoel Messias; GOMES, Francisco das Chagas; ARAUJO NETO, Benjamim Bento de; MOURA, Niege Dagraça de Sousa; MELO, Severina Rodrigues de Almeida; ARAUJO, Suelda Felício de; NASCIMENTO, Ana Karina do; MORAIS, Lourdes Michele Duarte de. Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção*. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006
- GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpabilização. In: SAWAIA, Bader. (org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HENRIQUES, Margarida Marques. A formação docente numa perspectiva sociocultural e intervintiva para além dos muros da escola: busca de novas práticas. 2008. *Tese* (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2008.
- LEITE, Eliana Alves Pereira et al.. ALGUNS DESAFIOS E DEMANDAS DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NA CONTEMPORANEIDADE. *Educação & Sociedade*, v. 39, n. 144, p. 721–737, jul. 2018.
- LOPES, Cloris Violeta Alves; MIRANDA, Katia Aparecida da Silva Nunes. PAULO FREIRE E OS DIREITOS HUMANOS: POR UM DIÁLOGO EFETIVO. *Cenas Educacionais*, [S. l.], v. 4, p. e9348, 2021.
- MANO, Amanda de Mattos Pereira; RIZZO, Deyvid Tenner de Souza. A educação social e a formação de professores em pesquisas: definições, indefinições e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 16, n. 1, Esp., p. 999-1013, 2021.

MELO, Natalia; MENDONÇA, Roberta; CARDOSO, Fernando da Silva. As intersecções entre gênero e educação em direitos humanos na produção do conhecimento (2015-2020). Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 28, p. e023005, 2023.

MONTEIRO, Alice Nantala Pereira; VAZ, Bárbara Regina Gonçalves; MOTA, Rafael Silveira da. Desvalorização profissional dos professores. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos - RELAEC*, v. 3, n. 13, p. 1-15, jan./fev. 2022.

MOREIRA, Adriano. Educação escolar e transformação social. *Revista FAAC*, Bauru, v. 1, n. 1, p. 47-57, abr./set. 2011.

NATORP, Paul. *Pedagogia Social: teoria de la educación de la voluntad*. Madri: La Lectura, 1913.

NÓVOA, Antonio. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: EDUCA, 2002.

NUNES, Débora R. P.. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. *Educação e Pesquisa*, v. 34, n. 1, p. 97–107, jan. 2008.

NUNES, Celia Maria Fernanda. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 22, n. 74, p. 27–42, abr. 2001.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. *A Pedagogia Social na Educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no Brasil*. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2., 2008, São Paulo.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. Pedagogia: concepções e práticas em transformação. *Educar em Revista*, n. 35, p. 223–236, 2009.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educação & Sociedade*, v. 20, n. 68, p. 109–125, dez. 1999.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 6 ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PMEDH. *Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos*. UNESCO, 2015-2019.

PNEDH, P. N. D. E. E. D. H.-. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2005.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; OLIVER MARTINS, Pura Lúcia. DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INICIANTES. *Pág. Educ.*, Montevideo , v. 6, n. 1, p. 83-96, jun. 2013

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *Movimento Revista de Educação*, ano 3, n. 4, p. 54-84, 2016.

SILVA, Daiane da Luz; CAPUTO, Maria Constantina; VERAS, Renata Meira. Educação em direitos humanos no currículo das licenciaturas de instituições federais de educação superior. *Educação e Pesquisa*, v. 47, p. e244510, 2021.

TOSTES, Maiza Vaz *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde em Debate*, v. 42, n. 116, p. 87–99, jan. 2018.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.

